



Brito & Sukiennik

Ano I Edição nº 008 Brasília, janeiro de 2009

Notícias do Escritório

- Dra. Rafaela Silva Brito homenageia Chiara Lubich
- OAB/DF instala comissão de meio ambiente
- Dr. Sukiennik concede entrevista à Voz do Advogado

Comércio Exterior

- Pequenas empresas ganham mercado externo
- Dois passos para frente, dois para trás
- Novo sistema de pagamento tem 20 bancos inscritos

Meio Ambiente

- Parlamento discute futuro de Aquífero Guarani
- Brasil e França criam instituto para explorar Amazônia
- Veja as principais resoluções da conferência da ONU sobre clima

Judiciais

- Pneus fazem UE pressionar País
- Modernização de procedimentos no STJ agiliza trâmite processual
- STF terá de se posicionar sobre terrorismo e tortura em 2009

América do Sul - Política

- Paraguai estabelece condição à definição de representatividade no Parlamento do Mercosul
- Parlamento apóia criação de tribunal do Mercosul
- Comissão quer Unasul logo
- O que cada grupo decidiu

Dra. Rafaela Silva Brito homenageia Chiara Lubich



Cerca de 400 pessoas participaram nesta sexta-feira [05/12/08] da homenagem póstuma a Chiara Lubich,

fundadora do Movimento dos Focolares, realizada pela Câmara dos Deputados em Brasília. O número surpreendeu, já que a sexta-feira é um dia com atividade reduzida na Câmara e sessões solenes costumam ter a presença de no máximo 50 pessoas. O evento foi transmitido ao vivo para todo o Brasil pela TV Câmara.

O Movimento Político pela Unidade (MPPU), que leva a proposta dos Focolares ao mundo da política, estava representado na mesa pelo seu presidente no Brasil, Sergio Prévidi; pela deputada Luiza Erundina, co-presidente; e pela Dra. Rafaela Silva Brito, quem representava aos jovens.

A Dra. Rafaela Silva Brito falou aos presentes da Escola Civitas por uma Cultura de Cidadania, que tem 11 unidades em todo o Brasil e envolve estudantes dedicados a aprofundar o conhecimento sobre o ideal da fraternidade como categoria política, assumido pelo MPPU.

Palavras da Dra. Rafaela Silva Brito

O SR. PRESIDENTE (Nilson Mourão) - Nossa penúltima oradora, Rafaela Silva Brito, representante dos jovens do Movimento dos Focolares.

Rafaela, V.Sa. tem a palavra. (Palmas.)

A DRA. RAFAELA SILVA BRITO - Ilustre Dom João, ilustres Senadores, Deputados, meus ilustres sócios e a minha amada família dos Focolares, é com grande prazer que venho aqui à frente para falar especialmente ao Senador Simon que a platéia mostra que não é uma utopia o que Chiara Lubich viveu. Como membro do Movimento dos Focolares, como membro-parte da geração nova do movimento e também da Escola Civitas de formação política e social, posso dizer que, como Chiara, vou estender o meu sonho mais louco e abraçar o mundo e entregá-lo a Deus.

Todos os sábados, à tarde, temos um encontro com outros jovens de diferentes crenças, etnias, no qual nos propusemos a viver juntos a fraternidade na política. Temos uma formação teórica, que nos é repassada pelo movimento da Itália, o original, e repassada a todas as outras escolas que existem no mundo.

Na de Brasília, há quase 2 anos estamos estudando a parte teórica e, agora, colocaremos em prática o nosso projeto em uma cidade que a maioria dos senhores que moram aqui conhece, Águas Lindas, a mais violenta do Brasil. Propusemo-nos a levar essa política, principalmente com a fraternidade nela incluída, a todos daquela cidade.

Quero dizer que acredito nessa utopia prática que, penso eu, foi a que Chiara trouxe para todos nós. Não há explicação. Basta ver a Casa lotada em homenagem póstuma à Presidenta dos Focolares. Obrigada. (Palmas.)

Fonte: Discurso extraído do Site oficial da Câmara dos Deputados do Brasil. Brasília, dez. 2008.
Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/discursos.asp?nuSessao=306.2.53.Ohtm>

OAB/DF instala comissão de meio ambiente

A presidente da Seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Estefânia Viveiros, empossou na noite desta segunda-feira (15), durante sessão extraordinária do Conselho Pleno, os membros da Comissão de Direito Ambiental da instituição. O grupo será conduzido pelo conselheiro seccional Aluísio Xavier de Albuquerque.

Os empossados foram os advogados Vicente Gomes da Silva, Éder Machado Leite, Larissa Schmidt e Rafaela Silva Brito. Gomes da Silva fez parte da última gestão da comissão, durante o primeiro triênio do mandato da presidente Estefânia Viveiros, de 2004 a 2006. "Temos muito a contribuir no sentido de evitar que haja uma degradação do meio ambiente do DF", afirmou. Ele acredita que as questões do lixo, preservação dos recursos hídricos e expansão populacional são os principais desafios a serem enfrentados.



Rafaela Brito pretende atuar de forma "prática" e em conjunto com os colegas empossados. Machado Leite, por sua vez, diz que é preciso colocar em prática a legislação vigente e, no caso do DF, preservar o cerrado. Por fim, Larissa Schmidt levará ao grupo uma experiência que soma 10 anos de atuação na área. "A idéia é que a comissão possa colocar em discussão os temas ambientais para auxiliar na resolução dos conflitos", finalizou.

Fonte: ASSESSORIA DE IMPRENSA DA OAB/DF. OAB/DF instala comissão de meio ambiente. Site oficial da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Distrito Federal. Brasília, dez. 2008.
Disponível em: <http://www.oabdf.org.br>

Dr. Sukiennik concede entrevista à Voz do Advogado

A advocacia está ganhando uma nova importância no mundo globalizado, na sua opinião, dentro desse cenário, qual é o papel do advogado?

Até a década de 1990, o Brasil estava focado em sua expansão interna. Contudo, a partir de então, o País começou processo de internacionalização. Isso desafia os advogados sob dois aspectos: repensar o Estado e várias áreas do Direito, como o Direito Internacional Privado; e facilitar a circulação de pessoas, bens, serviços e capitais.

Em suma, cabe, aos operadores do Direito, cooperar com a nova estratégia nacional de desenvolvimento.

Qual é o tipo de advogado que o mercado internacional precisa?

A advocacia do século XXI requer profissionais multidisciplinares, com visão pós-positivista. Não se concebe mais o advogado que só domina a legislação. Ele deve familiarizar-se também com os princípios e os costumes, em nível nacional e internacional. Igualmente, precisa conhecer a cultura dos povos com os quais queira trabalhar.

A advocacia tem cursos para preparar o advogado para essa área?

A internacionalização do Brasil ainda é um fato muito recente. Por isso, todavia não houve um "despertar" dos estudantes e dos advogados para as questões do Direito Internacional. Talvez isso aconteça por uma certa dificuldade para visualizar a maneira de trabalhar nessa área.

Em função dessa baixa demanda, há poucos cursos preparatórios de advogados em Direito Internacional. No entanto, essa situação está mudando, em parte, por iniciativa da Comissão de Relações Internacionais da OAB/DF que oferece, periodicamente, palestras com autoridades e curso de mandarim.

Qual a importância da advocacia no mundo globalizado?

A advocacia, no exercício da profissão, precisa contribuir com o processo de internacionalização do País. Isso é possível, por exemplo, mediante o desenvolvimento de teses (interpretações) que aproveitem a doutrina e a jurisprudência de países com identidade jurídica similar à brasileira. Outra maneira é pleiteando a aplicação dos tratados. Diante disso, percebe-se que há novos e estimulantes desafios por diante.

Fonte: Parte da entrevista faz parte do artigo: Advogados do mundo. Voz do Advogado. Brasília, ano 3, número 11, p. 28-29, dez., 2008.

Pequenas empresas ganham mercado externo

As micro e pequenas empresas (MPEs) que têm conseguido atravessar os obstáculos para emplacar seu produto no exterior bateram recorde de vendas em 2007. Juntas, exportaram no ano passado US\$ 2,1 bilhões, uma expansão de 12,4% em relação a 2006. O valor médio que cada companhia vendeu a clientes em outros países também cresceu 12,5%, atingindo US\$ 163,9 mil, segundo levantamento do Sebrae, a partir de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

Ainda assim, as exportações das MPEs têm participação modesta no total de vendas externas das empresas nacionais. No caso dos microempreendimentos, a fatia é de 0,1% e dos pequenos, de 1,2%. A MPE não tem a exportação como uma estratégia empresarial. Elas exportam quando o câmbio está favorável ou quando

seu produto consegue um bom preço lá fora , diz Emanuel Falcão, analista do Sebrae que coordenou o estudo.

O resultado dessa ausência de estratégia é uma forte descontinuidade nas vendas externas. Segundo a pesquisa, quase a metade das MPEs que exportaram em 2007 não o fazem todos os anos. Geralmente, o valor exportado por empresas estreantes ou que voltam ao mercado é muito baixo , diz Falcão. Em 2007, o valor médio das MPEs que têm mercado cativo em outros países desde 1998 foi de US\$ 70 milhões. Entre as que exportam de forma descontínua, a média foi de US\$ 32 milhões, exemplifica o analista.

Segundo Falcão, uma das dificuldades de se chegar ao mercado internacional - ou se manter nele - é a falta de conhecimento das regras e políticas tarifárias dos países. Esse motivo levou a empresa Chama, que produz uniformes e equipamentos de proteção para uso em plataformas em alto-mar, a adiar por quatro anos a estréia no exterior. Tivemos de pesquisar documentação, contabilidade e legislação , conta o gerente comercial Rodrigo Parud, que contratou um profissional bilíngue para prospectar clientes. Neste ano, a empresa conseguiu concluir a primeira exportação, com destino a Angola. Queremos chegar a 35% do faturamento com exportações em três anos. É trabalhoso, mas não impossível.

P&D

Segundo o estudo, cresceram as exportações de produtos intensivos em pesquisa e desenvolvimento (P&D). O foco em tecnologia explica a alta no valor total exportado pelas MPEs. Ela agrega valor ao produto , diz Falcão. As vendas de bens intensivos em P&D cresceram 29,2% entre as micro e 23% entre as pequenas empresas.

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO. Pequenas empresas ganham mercado externo. Página oficial do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, dez. 2008.

Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=500865

Dois passos para frente, dois para trás

Se tudo se encaminhar como programado, o primeiro setor industrial em que o Mercosul terá um desenvolvimento integrado e conduzido pelo interesse estratégico dos países membros será o naval. Até agora a atividade mais avançada em termos de integração é a automobilística que, no entanto, responde às estratégias traçadas não pelos Estados, mas sim pela lógica das matrizes das multinacionais que dominam o setor.

Está em fase de contratação a empresa de consultoria que vai ajudar a elaborar um marco regulatório para a integração das indústrias navais em todo Mercosul - na prática um avanço nessa área deve beneficiar mais Brasil e Argentina que os sócios menores (Paraguai, Uruguai e Venezuela). O Acordo Marco Internacional de Reciprocidade, Cooperação e Complementaridade do setor naval foi assinado em julho entre os sindicatos das indústrias. Em agosto foi incorporado ao Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina e, em setembro, ratificado pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Cristina Kirchner.

O documento prevê atividades conjuntas nas áreas de construção e reparos, troca de informações sobre oportunidades de negócios, cooperação para capacitação técnica e um acordo entre os países para concessão de garantias em contratos de exportações, segundo informou a Federação da Indústria Naval Argentina.

Oficialmente, o objetivo do acordo é fomentar a integração produtiva, baixar os custos de produção regional e evitar a necessidade de importação de embarcações novas e usadas de origem extra-regional. Na prática, a intenção é viabilizar a participação dos estaleiros dos dois lados da fronteira no programa de investimentos da Petrobras. São US\$ 112,4 bilhões no período 2008-2012, dos quais cerca de US\$ 20 bi seriam destinados a aquisição de navios, segundo estimativas de fontes próximas à empresa.

Algumas das jazidas de petróleo da recém-descoberta área de pré-sal estão a mais de 300 km da costa e um dos grandes desafios tecnológicos é trazer o produto para o continente. Os navios serão essenciais para isso e a Petrobras já estimou que vá precisar de pelo menos 146 embarcações nos próximos cinco anos. É um

programa de enorme valor e de longo prazo, que garantirá trabalho para todos os estaleiros da região.

É um dos poucos movimentos de integração que tem tudo para seguir adiante, apesar da crise, já que, com a descoberta de petróleo abaixo da camada de sal em alto mar, o setor naval ganhou uma nova chance. Tanto no Brasil quanto na Argentina, a indústria naval havia sido sucateada entre os anos 70 e 80 pela hiperinflação, falta de crédito e corrupção.

Também há a possibilidade de os estaleiros argentinos participarem dos próximos programas da Transpetro, a subsidiária da Petrobras encarregada da operação de oleodutos, gasodutos e navios. A empresa está na segunda etapa de um programa de ampliação de sua frota de navios, iniciada este ano, no valor de US\$ 5,8 bilhões, que prevê a aquisição de 49 embarcações até 2012.

A reativação conjunta da indústria naval é um passo relevante à frente que se soma a outro dado recentemente, o Sistema de Pagamentos em Moeda Local, que demorou, mas desde outubro está funcionando e viabilizando exportações de micro e pequenas empresas em pesos e em reais.

Por outro lado, a reunião de cúpula do Mercosul em Costa do Saúpe, concluída ontem [17/12/08], deu dois passos atrás com o fracasso do projeto que dava fim à dupla cobrança da Tarifa Externa Comum e o que criava o Código Aduaneiro do Mercosul. Além disso, não acrescentou muito à necessidade da região em enfrentar os efeitos da crise internacional, na opinião de Felix Peña, ex-subsecretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia da Argentina (1998-1999) e atualmente diretor do Instituto de Comércio Internacional da Fundação Standard Bank.

Para ele, especialista em relações econômicas internacionais, não há nenhum sinal em curto prazo sugerindo a realização de acordos relevantes e eficazes para fazer frente aos efeitos da crise global. Peña teme que a lentidão nos avanços e os retrocessos constantes alimentem uma visão cética sobre a relevância do Mercosul para os países-membros, que se espalha e se instala em diversos fóruns.

Para Raul Ochoa, também especialista em comércio internacional, ex-assessor da Secretaria de Indústria do Ministério de Economia argentino, a integração não tem avançado em setores considerados chave para ambos os países. E dá um exemplo: os institutos responsáveis pelo desenvolvimento tecnológico da agricultura do Brasil (Embrapa) e da Argentina (Inta). Respeitados pela contribuição que deram aos seus respectivos países, a Embrapa e o Inta não desenvolvem nada relevante juntos, diz Ochoa.

Outra área em que pouco se troca em termos de know-how e tecnologia é a de energia. A Argentina registra importantes avanços na área nuclear, tendo sido escolhida pelo governo australiano para ajudar na construção do reator de pesquisas do Centro de Desenvolvimento Nuclear daquele país. Existe um antigo acordo com o Brasil para desenvolvimento conjunto dessa fonte de energia, mas os avanços têm sido mínimos.

Outro setor em que cada um segue seu rumo, em vez de juntar forças, é o de biocombustíveis. O Brasil alcançou a liderança na produção de etanol de cana e a Argentina está cada vez mais avançada em etanol de milho, mas cada um tem seu próprio programa de estímulo e a cooperação é reduzidíssima, limitada a algumas empresas brasileiras que ajudam os engenhos de cana argentinos a desenvolver o processo de hidratação do álcool.

Por que não há avanço na cooperação? Para Ochoa, a preocupação mais defensiva que ofensiva do setor privado e o ambiente pouco favorável a negócios na Argentina pode ser apontado com uma das principais causas. Outra é que o Brasil, estando em um estágio econômico mais avançado que a Argentina defende interesses distintos em âmbito internacional - por exemplo, a divergência de posições sobre a abertura comercial entre os dois países na Rodada Doha.

Fonte: VALOR ECONÔMICO. Dois passos para frente, dois para trás. Página oficial do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, dez. 2008.

Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=502779

Vinte bancos argentinos (públicos e privados) já se homologaram para intermediar operações comerciais no novo Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML). A informação é do Banco Central da Argentina, que registra ainda a participação de cerca de 20 empresas no sistema até a segunda semana de dezembro. O valor das transações não foi informado.

Aberto oficialmente ao público em outubro, o SML é um projeto dos governos brasileiro e argentino, no âmbito do Mercosul, que permite o pagamento a exportadores dos dois lados da fronteira em pesos argentinos e reais, sem passar pelo dólar. O objetivo é facilitar e baratear as transações comerciais principalmente para as micro e pequenas empresas.

A filial do Banco do Brasil em Buenos Aires informa que fez em um mês duas operações, uma para o setor automotivo e outra do setor energético. Porém o número de consultas é grande: dez visitas de empresas à sucursal e outras dez consultas telefônicas, a maior parte de pequenas e médias.

O Banco cooperativo Credicoop informou que desde 3 de outubro realizou oito operações de importações que totalizaram R\$ 342,15 mil (513,23 mil pesos pelo câmbio médio do período). Enzo Martire, gerente de comércio exterior do Credicoop informou que todas as empresas que operaram no SML pela instituição eram micro e pequenas - os valores individuais das operações variaram de apenas R\$ 500 até R\$ 156 mil -, dos setores têxteis, maquinário e plástico. O SML vai ser muito importante para as micro e pequenas empresas exportadoras dos dois países porque diminui a burocracia e os custos para pequenas transações, disse Ricardo Lot, gerente-geral do BB em Buenos Aires.

Fonte: VALOR ECONÔMICO. Novo sistema de pagamento tem 20 bancos inscritos. Página da Câmara Sul-americana de Comércio. Florianópolis, dez. 2008.

Disponível em: http://www.ccsul.com/ver_noticia.php?codigo=324

Parlamento discute futuro de Aquífero Guarani

Cientistas e representantes da sociedade civil estiveram reunidos nesta sexta-feira [28/11/08] no Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, para discutir o futuro do Aquífero Guarani - uma das maiores reservas de água doce do mundo, que se encontra no subsolo dos países que integram o bloco. O principal objetivo do encontro foi o de estabelecer as bases para a discussão de uma futura legislação comum a respeito da utilização desse recurso natural.

- Poucas vezes técnicos, parlamentares e representantes da sociedade civil têm uma oportunidade semelhante para trocar idéias. Os técnicos trazem seus conhecimentos científicos, os representantes da sociedade falam por quem pode sofrer as conseqüências da má utilização dos recursos. E os parlamentares buscam obter uma convergência para a elaboração de uma legislação comum - disse o deputado José Paulo Tóffano, presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Moradia, Saúde, Meio Ambiente e Turismo do Parlamento do Mercosul, que comandou o seminário.

No final de julho deste ano, o parlamento aprovou uma recomendação ao Conselho do Mercado Comum para a regulamentação do uso do Aquífero Guarani. O mesmo documento propõe a realização de debates com a sociedade civil sobre como garantir o equilíbrio no uso e a preservação do aquífero para a região. A recomendação foi seguida no próprio nome do seminário, intitulado "Aquífero Guarani: os desafios para garantir o direito humano à água e a sustentabilidade no Cone Sul".

Presente ao debate, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ressaltou a necessidade de se estabelecerem regras para o uso comum dos recursos da região. Na opinião da senadora, o Parlamento do Mercosul é o foro mais adequado para se debater o tema.

- Como vamos contaminar essas águas sem pensar que podemos prejudicar os países vizinhos? - questionou Marisa Serrano.

Igualmente presente, o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), presidente do Parlamento do Mercosul, recordou que

não existe, atualmente, nenhuma regulamentação do uso dos recursos do Aquífero Guarani.

Papeleras

Tóffano relatou ainda viagem feita na quinta-feira [27/11/08] por um grupo de parlamentares dos quatro países que compõem o bloco à cidade de Fray Bentos, no Uruguai, onde se localiza a fábrica de celulose Botnia, que motivou forte tensão nas relações entre Argentina e Uruguai.

Pela primeira vez desde o início do conflito, observou, parlamentares dos dois lados estiveram juntos para ouvir a população local - providência que deve ser repetida, em breve, com uma visita à região argentina onde se localizam os protestos contra a instalação da fábrica. Segundo os argentinos, a fábrica provocaria a poluição das águas que banham o país.

A ponte que liga o Uruguai à Argentina, nessa região, permanece fechada por manifestantes argentinos. Segundo Tóffano, a integração regional tem sido bastante prejudicada. Por isso, adiantou, o Parlamento do Mercosul pretende "gastar energia" na busca de uma solução para o problema.

- Vamos costurar algo que desfaça essa queda-de-braço - afirmou.

Fonte: AGÊNCIA SENADO DE NOTÍCIAS. Parlamento discute futuro de Aquífero Guarani. Site oficial do Senado Federal do Brasil. Brasília, nov. 2008.

Disponível em: <http://www.senado.gov.br/comunica/agencia/mercosul/not129.htm>

Veja as principais resoluções da conferência da ONU sobre clima

A reunião das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, em Poznan, na Polônia, terminou na madrugada deste sábado [13/12/08] sob críticas de países em desenvolvimento e ambientalistas.

A conferência marca a metade do caminho para um novo acordo sobre emissões de gás carbônico, que deve ser fechado em Copenhague, Dinamarca, no final de 2009.

O novo acordo vai substituir o Protocolo de Kyoto, que expira em 2012. Veja agora as principais resoluções da conferência:

Fundo de Adaptação às mudanças climáticas

Considerado o ponto mais urgente, o instrumento finalmente vai sair do papel, liberando milhões de dólares por ano para países em desenvolvimento que enfrentam conseqüências das mudanças climáticas.

Redução de Emissões Decorrentes de Desmatamento e Degradação de Florestas (Redd)

Um dos assuntos de maior interesse para o Brasil, a redução de emissões por desmatamento e degradação pouco avançou.

No texto de Poznan, foi incluída uma frase sobre "a necessidade de participação completa e efetiva de povos indígenas e comunidades locais" nos projetos de Redd.

Um dos pontos que mais irritou as ONGs ativistas, no entanto, foi a ausência da palavra "direitos" indígenas no documento.

Cronograma

Foram marcadas reuniões em Bonn, na Alemanha, de 29 de março a 8 de abril, e de 1º a 12 de junho, na qual deve ser avaliada a primeira versão de um possível substituto do Protocolo de Kyoto.

Em agosto ou setembro deve acontecer mais um encontro preparatório.

A próxima reunião da ONU sobre mudanças climáticas acontecerá entre 7 e 18 de dezembro, em Copenhague, Dinamarca.

Mercados de carbono

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo criado pelo Protocolo de Kyoto prevê que países desenvolvidos abatam de suas metas reduções de emissões provocadas por projetos em países em desenvolvimento.

Em Poznan, foi adiada para 2009 a decisão sobre a inclusão de projetos de captura e armazenamento de carbono (CCS, na sigla em inglês), que possibilitariam usinas termoelétricas de carvão capturar a sua poluição e armazená-la subterraneamente.

Também foram adiadas decisões sobre o uso de reflorestamento em áreas degradadas como forma de ganhar créditos de carbono e ainda sobre novas propostas de emissão de créditos de carbono a partir da destruição de gases CFC, que contribuem fortemente para o efeito estufa.

Kyoto

Os países que ratificaram o Protocolo de Kyoto, que vence em 2012, concordaram que um novo acordo deveria se concentrar em cortes de emissões mais profundos, em vez de outras formas de verificação de poluição.

O grupo repetiu as intenções anunciadas antes do encontro de Bali, de reduzir emissões entre 25% e 40%, em comparação com os níveis de 1990, até 2020.

Dessa forma, as emissões ficariam dentro dos limites sugeridos pelo Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), para que o aquecimento global não passe de 2º C.

Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO. Veja as principais resoluções da conferência da ONU sobre clima. Folhaonline. São Paulo, dez. 2008.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u478928.shtml>

Brasil e França criam instituto para explorar Amazônia

Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Nicolas Sarkozy assinaram no Rio de Janeiro um ambicioso acordo para a exploração conjunta da Amazônia. O plano, que acabou ofuscado pela parceria militar e os olhos azuis da primeira-dama francesa, Carla Bruni, prevê atividades de pesquisa e exploração dos recursos genéticos do bioma amazônico, acesso aos conhecimentos tradicionais e o desenvolvimento de produtos "de interesse ambiental, econômico e social", com a "repartição justa e equitativa dos benefícios" gerados.

Um protocolo adicional prevê a criação de um Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica, focado na pesquisa científica e tecnológica. O órgão será constituído de núcleos a serem instalados na região fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa.

Pelo acordo, as atividades de exploração dos recursos dependerão da anuência de cada governo.

Segundo a Folha apurou, será criado grupo de trabalho com a missão de fazer um levantamento, por sensoriamento remoto, da situação atual dos recursos naturais, tanto do lado francês como do brasileiro. Regularização fundiária, zoneamento ecológico e econômico também estão no alvo do estudo conjunto.

"A concepção é que só se protege bem o que se conhece bem", disse o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. A parceria também prevê a promoção do manejo sustentável, com a criação de uma cadeia produtiva e análise de novos mercados para colocação dos subprodutos da madeira.

Em discurso, Sarkozy disse que "a única chance de a Guiana Francesa se desenvolver é se ligando ao Brasil, senão fica em um beco sem saída".

Legislação

Para o presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara, deputado André de Paula (DEM-PE), a parceria é "positiva".

"Não conheço os termos, mas vejo com bons olhos. Trata-se de uma questão central, e a parceria nos ajuda a dispor de tecnologias. Não adianta falar de preservação, sem gerar alternativas de sustentabilidade", disse.

Já o deputado Mendes Thame (PSDB-SP), membro da comissão, classificou o acordo de "pirotecnia". "Falta

uma lei que defina parâmetros para a partição justa dos benefícios. Não há um marco legal", afirmou.

Thame acha que há risco de o Brasil perder para a França direitos sobre recursos do bioma amazônico. "A França vem, investe um pouquinho, e fica detentora dos direitos", disse.

Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO. Brasil e França criam instituto para explorar Amazônia. Folhaonline. São Paulo, dez. 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u482959.shtml>

Paraguai estabelece condição à definição de representatividade no Parlamento do Mercosul

O critério para a definição do número de representantes por país no Parlamento do Mercosul poderá ser subordinado à garantia de um caráter supranacional para o tribunal de solução de controvérsias do bloco. Esta é a condição apresentada pela representação paraguaia para aderir às negociações já em andamento entre os demais integrantes do bloco para estabelecer quantos parlamentares serão eleitos por cada país.

- Não há inconveniente em discutir a proporcionalidade, mas devemos incorporar ao debate a proposta de criação de uma Corte de Justiça do Mercosul, cujas decisões sejam obrigatórias - disse à Agência Senado, em Montevideu, o presidente da Representação do Paraguai, parlamentar González Núñez.

Para Núñez, seria suficiente um acordo a ser firmado entre os presidentes dos países do bloco, para que o tribunal seja instalado dentro de alguns anos. Atualmente, observou o parlamentar, o tribunal já existente não conta com poder decisório sobre todo o território do Mercosul e, com isso, não pode efetivamente solucionar controvérsias entre os países membros.

A rápida definição do critério de representatividade foi defendida nesta sexta-feira [28/11/08] pelo deputado Germano Bonow (DEM-RS). Durante a discussão do chamado Tema Livre, na 15ª sessão ordinária do Parlamento, ele observou que somente depois da definição desse critério poderão ser eleitos os novos parlamentares do Brasil.

Até o momento, cada um dos quatro membros permanentes do Parlamento do Mercosul - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai - dispõe de 18 representantes. A Venezuela, em fase de adesão, tem nove. Segundo o Protocolo Constitutivo do parlamento, a decisão sobre o número de cadeiras de cada país deveria ter sido tomada até dezembro de 2007. Em seguida, foi adiada para dezembro de 2008. Mas a decisão pode ficar para 2009, por causa da resistência da bancada do Paraguai, único país que já elegeu seus parlamentares.

- Até quando vamos ficar sem a decisão de estabelecer a representatividade de nossos países? Muitos colegas de meu país sabem o que é explicar aos cidadãos que somos parlamentares do Mercosul. Ficamos sempre aguardando a pergunta sobre quem nos elegeu para representá-los - disse Bonow durante a sessão.

No início de novembro, a Comissão de Orçamento e Assuntos Internos decidiu sugerir à Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul a elaboração de um calendário de debates a respeito da adoção do critério de proporcionalidade. Uma das propostas em estudo, apresentada pelo deputado federal do Brasil, Dr. Rosinha, atualmente na Presidência do Parlamento, estabelece que o Brasil teria 75 representantes, enquanto a Argentina teria 33 e Paraguai e Uruguai manteriam seus 18 atuais. Além disso, a Venezuela - quando confirmada a sua adesão plena ao bloco - contaria com 27 parlamentares.

Os números podem mudar durante as negociações. Até o momento, porém, Argentina e Uruguai já demonstraram disposição de discutir o assunto. O presidente da Representação Argentina, senador José Pampuro, disse que quer definir o critério da representatividade "o quanto antes possível", para que a Argentina já possa eleger seus deputados em 2011. Para ele, no entanto, a Argentina deve contar com 44 a 45 representantes, e não com os 33 sugeridos por Rosinha.

O presidente da Representação do Uruguai, deputado Roberto Conde, disse que seu país só terá uma posição oficial depois que o Paraguai aderir às negociações. "Esta é uma mesa de quatro, mas até agora só há três", observou. Na sua opinião, porém, será possível chegar a um entendimento até o final de março de 2009.

Caso se confirme esta data, o Congresso Nacional brasileiro disporá de pouco mais de um ano para

regulamentar as eleições dos parlamentares do Mercosul, prevista para ocorrer juntamente com as eleições de deputados federais, senadores, governadores e presidente da República, em outubro de 2010.

Fonte: AGÊNCIA SENADO DE NOTÍCIAS. Paraguai estabelece condição à definição de representatividade no Parlamento do Mercosul. Site oficial do Senado Federal do Brasil. Brasília, nov. 2008.

Disponível em: <http://www.senado.gov.br/comunica/agencia/mercosul/not130.htm>

Parlamento apóia criação de tribunal do Mercosul

O Parlamento do Mercosul declarou nesta sexta-feira [28/11/08] a sua satisfação com os resultados alcançados no 6º Encontro de Cortes Supremas do bloco, realizado há uma semana em Brasília, e em especial pelos "esforços para concretizar a criação de um Superior Tribunal de Justiça do Mercosul". A proposta foi apresentada pelo parlamentar argentino Adolfo Rodriguez Saá.

A sugestão de estabelecimento deste tribunal, com poder de impor em todo o bloco as decisões que venha a tomar para soluções de controvérsias, tem sido defendida pela Representação do Paraguai. Atualmente existe um tribunal do bloco em Assunção, mas suas decisões não são consideradas impositivas.

Em sua proposta de declaração, Saá ressalta a importância, para o desenvolvimento do Mercosul e para a integração definitiva da região, a implantação de um único Superior Tribunal de Justiça, que solucione conflitos e "interprete o direito comunitário, sem prejuízo da autonomia dos órgãos judiciais dos estados-partes".

Saá afirma ainda que a busca de melhor qualidade de vida na região deverá ter como base a segurança jurídica, "que deverá ser única e não poderá estar sujeita às distintas interpretações" dos órgãos judiciais de cada país do bloco.

Fonte: AGÊNCIA SENADO DE NOTÍCIAS. Parlamento apóia criação de tribunal do Mercosul. Site oficial do Senado Federal do Brasil. Brasília, nov. 2008.

Disponível em: <http://www.senado.gov.br/comunica/agencia/mercosul/not132.htm>

Comissão quer Unasul logo

O deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB) anunciou que a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional vai analisar em breve o texto de criação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). O objetivo, segundo o deputado, é acelerar o processo de consolidação do bloco para, assim, prevenir conflitos diplomáticos entre países da região — como o que envolve atualmente o Equador e o Brasil. O Equador recorreu à Câmara de Comércio Internacional, em Paris, para questionar uma dívida de US\$ 462 milhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Gadelha é relator da mensagem do Poder Executivo que prevê a criação da Unasul, entidade que visa unir a Comunidade Andina ao Mercosul.

Fonte: CORREIO BRAZILIENSE. Comissão quer Unasul logo. Página oficial do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, dez. 2008.

Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=523368

O que cada grupo decidiu

Mercosul (Mercado Comum do Cone Sul): Tem o caráter atual de União Aduaneira, com o objetivo de se tornar Mercado Comum. Reúne quatro países: Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina; Chile e Bolívia como associados e a Venezuela em processo de adesão. Decisões: Absorção das exportações de têxteis da Bolívia, com tarifa zero, no montante de US\$ 30 milhões. O país perdeu a preferência no mercado americano.

Derrotas: Depois de cinco anos, não conseguiu aprovar o fim da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum nem o Código Aduaneiro.

UNASUL (União das Nações Sul-Americanas): Tem a intenção de se tornar uma Zona de Livre Comércio, a partir da união e do aprofundamento da integração entre dois blocos econômicos: Mercosul e Comunidade Andina de Nações. Hoje, é apenas um fórum político. Reúne 12 países. Decisão: Aprovação do Conselho de

Defesa Sul-Americano.

Grupo do Rio: Mecanismo permanente de consulta e concertação política da América Latina e do Caribe.

Reúne 20 países. Decisão: Adesão de Cuba ao Grupo do Rio.

CALC (Cúpula da América Latina e Caribe): Encontro de chefes de Estado latino-americanos.

Primeira reunião sem a chancela de Estados Unidos e União Européia. Decisão: Declaração especial sobre a necessidade de pôr fim ao bloqueio econômico comercial e financeiro imposto pelo governo dos EUA.

Fonte: O GLOBO. O que cada grupo decidiu. Página da Câmara Sul-americana de Comércio. Florianópolis, dez. 2008.

Disponível em: http://www.ccsul.com/ver_noticia.php?codigo=319

Pneus fazem UE pressionar País

O Brasil corre o risco de sofrer retaliação da União Européia (UE) por não cumprir prazo dado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) para uniformizar a proibição à importação de pneus usados. O período de 11 meses se esgotou no dia 17/12/08 e o governo não conseguiu cassar liminares concedidas pela Justiça que permitem tais importações nem criar um regime comum no Mercosul sobre o tema.

O Itamaraty vai pedir extensão do prazo, mas dá como certas a negativa de Bruxelas e a solicitação de um painel de implementação da OMC, que definirá se podem ser adotadas sanções contra produtos brasileiros. O governo decidiu não abrir mão da lei que proíbe o ingresso de pneus usados no mercado brasileiro, por seu impacto ambiental e na saúde pública.

O Itamaraty calcula que será mais benéfico arcar com a retaliação da UE do que abolir a proibição ou alimentar tensão com os sócios menores do Mercosul, Paraguai e Uruguai, favorecidos por cota de importação de pneus reformados por determinação do Tribunal Arbitral do Mercosul. A controvérsia se arrasta desde 2005, quando a UE pediu a formação de um painel de arbitragem.

Em dezembro de 2007, o Órgão de Apelação da OMC respaldou a argumentação brasileira de que a importação de pneus reformados teria sérias implicações ambientais e à saúde da população. Mas os árbitros determinaram que o País eliminasse duas brechas: as liminares que driblam a proibição e as cotas para o Paraguai e o Uruguai.

O pedido do governo de cassação das liminares deverá ser julgado em 2009 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O caso recebeu parecer favorável do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, que o encaminhou à ministra Cármen Lúcia no início de novembro. Há dois anos, negociadores brasileiros tentam convencer o Paraguai e o Uruguai a adotar uma regra do Mercosul sobre o comércio de pneus reformados. Mas o tema nem entrou na agenda da reunião de cúpula do bloco na Costa do Sauípe (BA).

Cármen Lúcia informou que a ação está liberada para ser julgada pelo plenário do STF. Na quinta [18/12/08], ela pediu ao presidente do STF, Gilmar Mendes, para que o assunto seja incluído na pauta do tribunal. Como o STF entrou em recesso na sexta, o assunto ficou para 2009.

Desde que chegou ao STF, em 2006, a ação teve de seguir longo caminho. A ministra pediu a 22 juízes federais e 4 tribunais regionais federais dados sobre todas as decisões judiciais que envolvessem a importação de pneus usados. Ouviu advogados, integrantes do governo e representantes de empresas em mais de 30 audiências. Promoveu audiência pública na qual foram ouvidos empresários, ecologistas e o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO. Pneus fazem UE pressionar País. Estadao.com.br. São Paulo, dez. 2008.

Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20081222/not_imp297454,0.php

Modernização de procedimentos no STJ agiliza trâmite processual

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) encerra o ano judiciário de 2008 com aproximadamente 345 mil processos julgados. O foco principal do Tribunal, segundo o presidente, ministro Cesar Asfor Rocha, foi a sua

preparação para o processo eletrônico, começando pela adequação do sistema informatizado, da força de trabalho, da estrutura orgânica e de procedimentos correlatos, como a intimação eletrônica.

O presidente manifestou sua preocupação com o enorme volume de processos que chega ao STJ e afirmou que cresce exponencialmente. Em 2007, foram julgados 328 mil processos e em 2008, aproximadamente, 345 mil. “Dessa forma, concentramos esforços desde setembro último no sentido de modernizar procedimentos, aumentar a capacidade produtiva e agilizar o trâmite processual”, ressaltou.

Segundo o presidente do STJ, a partir de 2009, os processos eletrônicos serão uma realidade no Tribunal. O processo já se iniciou com a digitalização de quatro mil recursos extraordinários que foram sobrestados enquanto aguardam decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). Essa iniciativa representa economia significativa de papel, melhor utilização de recursos financeiros e de pessoal, além de agilidade no trâmite das ações. O acesso de advogados e partes aos autos dos recursos também ficará mais fácil, pois poderá ser feito pelo site do STJ, vinte e quatro horas por dia.

Outro ponto destacado pelo ministro foi o desenvolvimento de um sistema voltado à intimação eletrônica. “A intenção é implantar a intimação eletrônica, no próximo biênio, com todos os órgãos públicos, objetivando uma tramitação mais rápida e segura”, assinalou.

Somadas a essa preocupação com o processo eletrônico, existem várias iniciativas nos procedimentos internos do Tribunal como o Programa de Responsabilidade Socioambiental, ações sócio-educativas destinadas aos estudantes e aos idosos, o incremento da força de trabalho, além de sua atuação externa. “Todas essas iniciativas demonstram o quanto o STJ está empenhado em prestar uma justiça rápida, acessível e efetiva, consolidando-se como o Tribunal da Cidadania”, afirmou o presidente Cesar Rocha.

Processos

Neste ano, a quantidade de processos julgados foi 4,76% maior que a do ano passado: 344.093 processos em 2008 contra 328.447 em 2007. Desse total, 254.058 foram decididos monocraticamente (individualmente) e 90.035 nas 454 sessões realizadas durante o ano.

Foram recebidos 272.374 processos – contra 296.678 em 2007 -, 267.693 distribuídos – em 2007 foram 307.884 – e 90.142 acórdãos publicados – contra 65.126 no ano passado. A média de processos julgados por ministro subiu de 11.836 em 2007 para 12.035 em 2008.

O trabalho da presidência do Tribunal também foi expressivo, de janeiro a dezembro, o ministro presidente proferiu 43.217 decisões e despachos – em 2007 foram 39.443 – e o vice-presidente realizou 5.032 despachos e decisões, contra 3.738 registrado no ano passado.

O balanço foi divulgado durante a sessão da Corte Especial realizada nesta sexta-feira [19/12/08], que marcou o encerramento do ano forense.

Fonte: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Modernização de procedimentos no STJ agiliza trâmite processual. Página Oficial do STJ. Brasília, dez. 2008.

Disponível em: http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=90424

STF terá de se posicionar sobre terrorismo e tortura em 2009

Quase todas as semanas, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) têm de julgar pedidos de governos estrangeiros para que o Brasil entregue acusados de cometer crimes no exterior que optaram por viver por aqui. De 2000 até hoje, deram entrada no tribunal 466 processos de extradição. Com 77 pedidos, a Itália é a campeã, seguida pela Alemanha, com 73 solicitações, e por Portugal, com 49. A lista de acusações é bem variada. Há pedidos absurdos, contrários, por exemplo, a mulheres que não usaram o véu exigido em países islâmicos, são recusados na origem por órgãos do governo brasileiro.

Depois de retornar das férias de verão, em fevereiro, os integrantes do Supremo terão de enfrentar os temas terrorismo e crime político, que são bastante delicados para países como o Brasil, que foram governados por ditaduras, e agora debatem a anistia. Além dos pedidos de extradição que discutem o terrorismo, o STF terá

de se posicionar especificamente sobre uma ação movida pelo presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, contestando a aplicação da Lei da Anistia para beneficiar policiais e militares que praticaram crimes como torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados.

Da lista de processos de extradição que poderão ser julgados em 2009 pelo tribunal, os mais complexos envolvem o italiano Cesare Battisti, ex-militante do movimento extremista de esquerda Proletários Armados pelo Comunismo (PAC), e o militar uruguaio Manuel Juan Cordeiro Piacentini, acusado de ter participado da Operação Condor, articulação das ditaduras do Cone Sul na perseguição a opositores dos regimes da época.

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO. STF terá de se posicionar sobre terrorismo e tortura em 2009. Página oficial do Conselho Federal da OAB. Brasília, dez. 2008.

Disponível em: <http://www.oab.org.br/noticia.asp?id=15579>

Contato

Bernardo Pablo Sukiennik

(61) 8409-0339

pablo.s@advogadosdomercosul.com.br

Rafaela Silva Brito

(61) 8121-9556

rafaelabrito@advogadosdomercosul.com.br

Para solicitar sua remoção do cadastro, envie, por meio de seu e-mail, uma mensagem em branco para o remetente.